

Dívida de estados é rolada

Pública

mia

quinta feira, 14/5/87 □ 1º caderno □ 21

e municípios obtêm ajuda

BRASÍLIA — O governo federal autorizou ontem a rolagem de 100% da dívida externa (principal e juros) e cerca de 90% da dívida interna (100% do principal e 50% dos juros) dos estados. Em outra medida, foram liberados CZ\$ 6 bilhões de recursos extras para atender às dificuldades dos mais de 4 mil municípios. As duas decisões são resultantes do jogo de pressões que governadores e prefeitos têm feito em Brasília.

A rolagem da dívida dos estados foi comunicada pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, aos oito governadores do Nordeste que com ele se reuniram por mais de duas horas no início da noite. Além da rolagem desta dívida, o ministro prometeu estudar caso a caso o problema de fluxo de cada um dos estados. Hoje, por exemplo, os secretários de Fazenda e de Planejamento do Ceará já começam a discutir o problema do estado com o secretário do Tesouro, Andrea Calabi.

Já os recursos extras para os municípios foram anunciados pelo governador Orestes Quercia, também presidente da Frente Municipalista Nacional, depois de audiência com o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira. As duas medidas, porém, não satisfizeram governadores e prefeitos. Enquanto Quercia destacava "a boa vontade do governo Sarney", o prefeito de Belém, Coutinho Jorge, considerava a destinação dos CZ\$ 6 bilhões como apenas "um quebra-galho, porque não vai resolver os problemas das prefeituras".

Também os governadores nordestinos acham que conseguiram pouco, embora ressalvem o fato de ter sido uma primeira reunião com o ministro da Fazenda.

— Particularmente não saio satisfeito porque a rolagem das dívidas é insuficiente para as necessidades dos estados — explicou Fernando Collor, governador de Alagoas.

— Não foi ultrapositivo porque não saiu nada de concreto, mas existe a disposição do ministro em resolver o problema dos estados — acrescentou Tasso Jereissati, governador do Ceará.

Waldir Pires, da Bahia, lembrou que, além das rolagens autorizadas, os estados nordestinos e os demais estados precisam de financiamentos que sirvam como capital de giro para manter a máquina funcionando e garantir o gatilho salarial do funcionalismo. Para ele, não há como cobrar dos funcionários o financiamento da dívida dos estados:

— A experiência nos mostra que arrocho salarial foi um método utilizado pelos governos autoritários.

Miguel Arraes e Fernando Collor pensam parecido:

— Não podemos nos colocar contra os reajustes com uma inflação destas. Estamos impossibilitados de dar o gatilho, mas temos que procurar um meio para viabilizar este aumento — afirmou o governador de Pernambuco.

Apoio — Da reunião com Bresser participaram os governadores do Ceará, Tasso Jereissati; Piauí, Alberto Silva; Rio Grande do Norte, Geraldo Mello; Paraíba, Tarcísio Buriti; Pernambuco, Miguel Arraes; Sergipe, Antônio Carlos Valadares; Alagoas, Fernando Collor e Bahia, Waldir Pires. Estiveram presentes os senadores Mauro Benevides e Humberto Lucena e os deputados Francisco Pinto e Milton Reis, todos da subcomissão da dívida interna. Da parte do ministério,

além de Bresser Pereira estavam presentes o secretário-geral Máilon Nóbrega, o chefe de gabinete, Luís Alvaro de Oliveira Ribeiro, o secretário do Tesouro, Andréa Calabi e o presidente do Banco Central, Fernando Milliet.

Miguel Arraes deixou claro, mas uma vez, que não apoia a política do novo ministro da Fazenda: "Ouví falar que o sr. está apoiando o ministro Bresser Pereira", questionou um jornalista, ouvindo como resposta: "Quem, eu? O partido é que o apoia". Cada governador expôs a situação de seu estado e a reunião que começou às 18h30min entrou noite adentro.

— Eu não conheço a proposta do ministro agora que irei ouvi-la — explicou Waldir Pires. Garantiu porém, que "a Bahia já pagou dois gatilhos e continuará lutando para pagá-lo sempre que os funcionários tiverem direito". Ele entrou no gabinete do ministro, consciente de que o governo federal precisa financiar os governos estaduais na diferença entre o aumento da folha decorrente do disparo do gatilho e o aumento da arrecadação, em consequência da subida dos preços.

— Nossa proposta, explicou, é que montemos um quadro de administração global do setor público no país, desde que tenhamos recursos garantidos para financiar esta diferença — disse. O governador considera indispensável, antes de a Constituinte reordenar a renda pública acabando com a concentração autoritária de recursos, que o governo federal adote medidas imediatas correspondentes ao esforço para disciplinar o setor público. Citou, por exemplo, que a Bahia extinguiu 50 órgãos, suprimiu mais de 500 cargos de comissão e anulou contratações eleitoreiras.